

O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL INCLUSIVO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

INCLUSIVE SOCIO-SPACE DEVELOPMENT IN FEDERAL INSTITUTES

DESARROLLO SOCIOESPACIAL INCLUSIVO EN INSTITUTOS FEDERALES

Arthur Breno Stürmer

Instituto Federal Farroupilha (IFFAR)

E-mail: arthur.sturmer@gmail.com

RESUMO

O desenvolvimento é tema de interesse de várias áreas do conhecimento, dentre elas a Geografia. As abordagens e análises tendem a limitar-se à dimensão econômica, ignorando outras faces do desenvolvimento. Cabe, pois, ampliar a noção para a socioespacialidade, a territorialidade e a ideia de inclusão social. O objetivo deste trabalho é discutir o desenvolvimento em sua dimensão espacial e inclusiva, a partir dos Institutos Federais. A metodologia utilizada é a pesquisa documental sobre a literatura geográfica e a legislação que trata dos Institutos Federais. Ao final, tem-se como resultado a proposição de uma concepção de denominada desenvolvimento socioespacial inclusivo, que ativa o olhar geográfico sobre o desenvolvimento, aproximando-o conceitualmente da realidade concreta das instituições educacionais, além atentar às populações vulneráveis em sua diversidade e direitos. Conclui-se pela necessidade de se considerar, na análise espacial, o desenvolvimento possível aos Institutos Federais: aquele que promove a abertura do espaço institucional à inclusão, na interface com as comunidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; espaço; inclusão.

ABSTRACT

Development is a topic of interest to several areas of knowledge, including Geography. Approaches and analyzes tend to be limited to the economic dimension, ignoring other faces of development. It is therefore necessary to expand the notion to sociospatiality, territoriality and the idea of social inclusion. The objective of this work is to discuss the development in its spatial and inclusive dimension, starting from the Federal Institutes. The methodology used is documentary research on geographic literature and legislation dealing with Federal Institutes. In the end, the result is the proposition of a concept of so-called inclusive socio-spatial development, which activates the geographic view of development, conceptually bringing it closer to the concrete reality of educational institutions, in addition to paying attention to vulnerable populations in their diversity and rights. It is concluded by the need to consider, in the spatial analysis, the possible development of Federal Institutes: one that promotes the opening of the institutional space to inclusion, in the interface with local communities.

KEYWORDS: education; space; inclusion.

RESUMEN

El desarrollo es un tema de interés para varias áreas del conocimiento, incluida la geografía. Los enfoques y análisis tienden a limitarse a la dimensión económica, ignorando otras caras del desarrollo. Por tanto, es necesario ampliar la noción a socioespacialidad, territorialidad y la idea de inclusión social. El objetivo de este trabajo es discutir el desarrollo en su dimensión espacial e inclusiva, a partir de los Institutos Federales. La metodología utilizada es la investigación documental sobre la literatura geográfica y la legislación relacionada con los Institutos Federales. Al final, el resultado es la proposición de un concepto de desarrollo socioespacial inclusivo, que activa la mirada geográfica del desarrollo, acercándola conceptualmente a la realidad concreta de las instituciones educativas, además de prestar atención a las poblaciones vulnerables. en su diversidad y derechos. Se concluye por la necesidad de considerar, en el análisis espacial, el posible desarrollo de los Institutos Federales: aquel que promueva la apertura del espacio institucional a la inclusión, en la interfaz con las comunidades locales.

PALABRAS-CLAVE/MOTS-CLÉS: educación; espacio; inclusión.

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente trabalho é resultado de pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Investiga as relações entre educação e desenvolvimento, com foco na atuação dos Institutos Federais (IFs). Surgiu da necessidade de revisitar as noções de desenvolvimento com vistas a propor um modelo de atuação institucional que contemple este que é um dos objetivos dos Institutos Federais.

Os Institutos Federais, desde a sua criação pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, trazem como uma de suas finalidades a “consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais” e a adoção da “perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008, Art. 6º, inciso IV; Art. 7º, inciso V).

Tal visão foi sendo ratificada ao longo do tempo, como o fez o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), que fortaleceu a concepção de desenvolvimento pelos Institutos Federais por meio da aproximação à escala local e aos territórios, orientando os Institutos a estabelecerem um “vínculo indissociável entre educação e desenvolvimento, a partir de uma realidade: o território onde se estabelecem as relações de vida e de trabalho” (CONIF, 2013, p. 3).

Nesta concepção de desenvolvimento, fica evidente a aceitação de uma dimensão espacial (território) inerente ao desenvolvimento pretendido, bem como a escala (local/regional) em que deva acontecer. De semelhante modo, há uma dimensão inclusiva do desenvolvimento relacionada aos sujeitos em seu território (lugar de vida e trabalho).

Assim, aos Institutos Federais cabe forjar uma concepção de desenvolvimento que seja a mais apropriada à sua forma de atuação, que é no campo educacional e em contato direto com populações não raro em situação de vulnerabilidade social – o que enseja a adoção de uma perspectiva inclusiva. Por populações vulneráveis se entende aquelas cuja condição é dada – mas não apenas – pela deficiência (motora, auditiva, visual, interativa, mental), orientação sexual e identidade de gênero (gays, lésbicas, inter e bissexuais, *cis* e transgêneros), origem étnica (indígenas, quilombolas, ciganos), pela situação de migrante, pelo arranjo residente e outros. Muitas dessas populações movem-se nas margens sociais, circuitos periféricos, fronteira entre classes, enfim, no domínio da invisibilidade e subalternidade. Quando adentram os Institutos

Federais e acessam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tal condição social não se desfaz. Pelo contrário, pode ser vista como um incômodo no país cuja sociedade tradicional de origem escravocrata mantém o racismo estrutural e, embora neoliberal, também conservadora.

A vulnerabilidade, na ciência geográfica, geralmente está associada à expansão urbana e aos assentamentos precários (TORRES, 2006), como desdobramento da segregação urbana (SOUSA, 2010) e, neste sentido, relacionada à localização do território e à respectiva condição de moradia e acesso aos serviços e equipamentos de consumo coletivo (SOUSA; BRAGA, 2011), pelo que se poderia falar em vulnerabilidade socioespacial (LOJKINE, 1981). Em todo caso, o espaço atua como mecanismo de exclusão. É assim que Villaça (2001) interpreta a vulnerabilidade social: como decorrente da segregação socioespacial, necessariamente envolvida em um processo de dominação econômica, política e social através do espaço.

Como subespaço da sociedade, os Institutos Federais reproduzem em seus *campi* os processos de segregação socioespacial mais amplos, para o que empreendem ações inclusivas destacando a vulnerabilidade como um problema ligado à chance de exposição da pessoa a agravos e problemas sociais devido à sua suscetibilidade:

VI – Vulnerabilidade: supõe considerar a chance de exposição das pessoas [a agravos e problemas sociais] como a resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos contextuais que estão implicados com uma maior suscetibilidade a eles e, concomitantemente, com maior ou menor disponibilidade de recursos de proteção (...) (IFFAR, 2018, p. 6).

Essa vulnerabilidade devido à exposição dos sujeitos enseja a consideração do desenvolvimento segundo uma perspectiva inclusiva, pela qual se age para promover o bem-estar e proporcionar qualidade de vida “às populações em condições de vulnerabilidade, públicos que às vezes passam despercebidos, invisíveis no cotidiano da instituição” (STÜRMER, 2020b, p. 153).

A perspectiva inclusiva do desenvolvimento, nos Institutos Federais, está ligada às ações inclusivas, Núcleos Inclusivos (NIs) e segue as políticas de diversidade e inclusão vigentes, geralmente tendo como alvo os estudantes e as comunidades locais. Assim, a “inclusão é um processo cotidiano e dinâmico, de luta permanente, que precisa do apoio da gestão” (IFFAR, s/d, p. 12) para ter efeito, ainda que ao longo prazo, mas cuja solução passa pela educação e se erige em compromisso institucional da ordem do dia.

O objetivo deste trabalho é discutir o tipo de desenvolvimento que os Institutos Federais se dispõem a realizar, destacando a dimensão espacial e inclusiva. Como plano de fundo está a tese de

que o desenvolvimento é possível através dos Institutos Federais, em se atendendo as necessidades das populações vulneráveis, isto é, adotando uma perspectiva inclusiva.

Trata-se de um recorte de pesquisa de doutorado que se propõe a contribuir para aperfeiçoar a visão corrente sobre o desenvolvimento local e regional, ressaltando a existência de outras dimensões além da econômica. O artigo inicia com a breve caracterização do termo desenvolvimento e, a seguir, passa à discussão sobre o desenvolvimento de acordo com uma abordagem aqui denominada de socioespacial inclusiva, finalizando com a reafirmação dos Institutos Federais como agente promotor do desenvolvimento atento à dimensão espacial e ao objetivo maior de incluir a todos.

2. DESENVOLVIMENTO

“Só há um tipo verdadeiro de desenvolvimento: o desenvolvimento do Homem” – Josué de Castro

2.1 NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

O *desenvolvimento* é termo polissêmico, multifacetado e multidimensional utilizado para se referir aos níveis, estágios ou processos de um fenômeno. É comum vir acompanhado de adjetivos indicadores do seu grau de abrangência ou escala geográfica. Por isso se fala em desenvolvimento local, regional, nacional, mundial e com desdobramentos para a escala do corpo humano, da comunidade e do território, ou seja, referindo-se aos diferentes domínios de ação e influência. Há, geralmente, dois aspectos complementares que são evocados para tratar do desenvolvimento, como seguem.

O primeiro aspecto é o desenvolvimento como “crescimento econômico” e sua relação com o Produto Interno Bruto (PIB), o grau de acumulação de capital aplicado ao processo produtivo e ao grau de acesso aos bens finais, isto é, o padrão de consumo da população. O segundo aspecto é o desenvolvimento como sinônimo de “modernização”. Esta deve ser observável, isto é, ser potencialmente transformadora, provocando mudanças e alterações na paisagem, logo, no espaço geográfico. Os dois aspectos podem ser vistos, a título de exemplo, no comércio pujante e movimentado de uma dada cidade, nos distritos industriais recentes, nas fronteiras agrícolas ou no conjunto de edificações que preenchem as áreas metropolitanas em plena expansão – entroncamentos rodoviários, viadutos, linhas férreas, metroviárias, arranha-céus, conjuntos residenciais, *shopping centers* etc.

Uma noção de desenvolvimento com estas características tem atraído mais a atenção não só dos economistas, sociólogos e cientistas políticos, mas dos geógrafos e da ciência geográfica, pois tem como objeto o espaço geográfico em mudança e transformação. Por lidar com problemáticas situadas na interface entre o físico e o humano, a natureza e a sociedade, convém à ciência geográfica não se limitar aos dados estatísticos e ao que é matematicamente quantificável para fins de comparação, hierarquização e valorização diferenciada entre economias locais, regionais, nacionais ou globais. O tipo de desenvolvimento de matiz capitalista, que carrega representações já consolidadas no imaginário social, alimenta estigmas ligados a determinadas áreas, então consideradas “regiões atrasada”, “país subdesenvolvido”, “continente mais pobre” ou “país rico”, “a Europa brasileira” etc. Por tomar o diapasão da economia, essa noção tradicional de desenvolvimento historicamente desconsidera fatores culturais, históricos, territoriais e antropológicos, distanciando-se da concepção geográfica de desenvolvimento.

De modo geral, o desenvolvimento como fenômeno social designa um processo de “mudança para melhor” (SOUZA, 2005, p. 18; 2006), podendo ser um substituto para a “*transformação social para melhor, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social*” (SOUZA, 2006, p. 105, grifo do autor). Por isso, a noção de desenvolvimento na ciência geográfica aponta para interpretação diversa, apoiada em seus conceitos-chave. Para a geografia, o espaço geográfico é social, o território é território usado – um quadro de vida que é sinônimo, por sua vez, de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 1998).

Na atuação dos Institutos Federais, a noção de desenvolvimento ganha a mais o caráter educacional, logo social, a educação prepondera sobre outras dimensões do desenvolvimento em função de sua atividade-fim. O conhecimento teórico-prático sobre as comunidades locais com as quais mantêm relações de proximidade ampara um desenvolvimento diferente, preocupado com o uso e a ocupação dos espaços institucionais (internos) para fins de transformação e emancipação social. Já a sua inserção nos territórios das comunidades onde se encontra instalado mostra à frente o caminho para se chegar ao desenvolvimento mais ligado às pessoas. A este tipo de desenvolvimento vamos chamar de socioespacial inclusivo.

Stürmer (2020a) estabelece a discussão em torno do desenvolvimento socioespacial com base inclusiva, no qual o papel dos Institutos Federais é organizar tempos, espaços e atravessamentos de demandas desta natureza, bem como promover a diversidade do público atendido pelos Institutos. Ao mapear a atuação dos Núcleos Inclusivos dos Institutos Federais acrescenta:

A diversidade e inclusão difundidas pelos NIs guardam o potencial de desenvolvimento no sentido socioespacial inclusivo, razão pela qual há disposição em incorporar as manifestações da sociedade como ela é, sendo preciso abrir espaços sociais, públicos e abertos à participação para as pessoas serem quem são, (co)existirem e conviverem. Os termos cooperação e solidariedade, bem-estar e sentimento de pertencimento, por exemplo, estão implícitos nessa concepção de desenvolvimento. (STÜRMER, 2020a, p. 173).

Não é sem propósito que os Institutos Federais, quando pensam o futuro da instituição, utilizam-se do conceito de território formulado por Santos (2002; 2008), pelo qual o território é o chão, a população e sua identidade com o território. Em outras palavras, o território é o lugar da vida, da residência, das trocas materiais e espirituais que acontecem no cotidiano, além de fundamento e base do trabalho. O território, por definição, é o componente inseparável, portanto, do desenvolvimento de caráter socioespacial que, pautando-se pelo acolhimento da diversidade e adotando o binômio cooperação-solidariedade, também pode ser inclusivo.

O desenvolvimento socioespacial com inclusão visa intensificar a atividade social, realizando “expansões geográficas” que são estimuladas por ajustes espaciais (HARVEY, 2006, p. 48), os quais são relevantes no percurso dos Institutos Federais. Por estarem inseridos na ordem sociometabólica do capital, têm sido responsáveis por intensificar a atividade social e por expandirem seus territórios e dinamizarem aqueles territórios onde atuam. Os estudos de Máximo (2020) mostram revelam a associação entre a implantação de novos *campi* e a flexibilização da legislação urbanística, aumento da demanda por mobilidade urbana, dinamização do mercado imobiliário e incremento do comércio e dos serviços. A partir de sua expansão para cidades não metropolitanas, a interiorização, os Institutos ajudam a compor o que, no dizer de Mészáros (2015, p. 100-101), configura-se como “um quadro geral de referência social para adquirir seu significado apropriado” enquanto instituição de contato e integração com as comunidades locais e a região de influência.

Quando se afirma a necessidade de repensar o desenvolvimento local e regional, é para garantir que outras dimensões do desenvolvimento sejam valorizadas. A natureza educacional dos Institutos Federais e seu movimento de expansão, interiorização e integração requerem uma análise que incorpore novos elementos. Para isso, espaço, sociedade, território, rede e outras categorias geográficas auxiliam a compreender a atuação dos Institutos Federais, porém sua complexidade exige incorporar a inclusão (social) a fim de que se abram novas possibilidades de análise segundo

uma perspectiva aberta e abrangente de educação, capaz de orientar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e, ainda, de gestão.

O compromisso que toca aos Institutos Federais de Educação, enquanto parte integrante do processo de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), é também um compromisso declarado em visar ao desenvolvimento pela ou através da educação. Antes de ser um jogo de palavras, há que se levar em conta o contexto que se está considerando – o interior dos estados, regiões na periferia dos grandes centros, áreas economicamente deprimidas e localidades com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Em muitas dessas localidades, a chegada da Educação Profissional e Tecnológica representa um grande avanço que permitirá deflagrar processos de desenvolvimento socioespacial com inclusão.

2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL INCLUSIVO

A Educação Profissional e Tecnológica afinada ao contexto de inserção dos Institutos pode promover o desenvolvimento socioespacial em atividades que vão para além do ensino em sala de aula. Permeadas pela ideia de inclusão, as atividades de extensão (atividades em que se está mais em contato com populações vulneráveis) geram efeitos diretos sobre indivíduos e grupos, o que lhes confere um caráter notadamente inclusivo.

O desenvolvimento socioespacial, para ser inclusivo, tem de ser territorial, o que implica dotar a atuação dos Institutos Federais de um poder com capacidade para formular, executar, acompanhar e avaliar políticas públicas com ações voltadas às populações vulneráveis em seus territórios de origem e, lógico, no território do *campus*. Lembrando, com Stürmer (2020b), que esse desenvolvimento segue uma direção: parte do território do *campus* para seu entorno (muito embora as populações vulneráveis não se encontrem somente “lá fora”). E a direção desse fluxo leva o desenvolvimento socioespacial inclusivo “para fora” dos Institutos Federais, como modelo próprio a ser seguido. Em se considerando a hipótese de haver uma experiência interna exitosa com a criação e vivência da educação em um espaço social inclusivo, a atuação e influência do *campus* privilegia a microescala (ou entorno), definida como “um tipo de escala que se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações (em geral coletivas) e ao papel de agentes/sujeitos” (SOUZA, 2018, p. 182).

Para Pacheco (2021), o território de atuação dos Institutos Federais é o próprio *campus*, o que o torna o primeiro espaço a ser considerado pelas políticas, programas e projetos da instituição.

Isso confirma a necessidade de territorialização das ações – e populações – no espaço social mais imediato. A sequência ideal teria como ponto de partida o *campus*, depois a microescala, o local, a região imediata, intermediária e assim por diante.

Segundo Stürmer (2020b), o desenvolvimento se experiencia no *campus* através de diferentes modos, até se chegar – aprendendo, cultivando, habituando-se de fato – à inclusão social:

O desenvolvimento que acontece pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT) protagonizada pelos Institutos Federais (IFs) confere relevo ao local em que se desenrolam as ações voltadas à população (estudantil). Ele acontece primeiro no *campus*, através do acolhimento, assistência, depois como ensino e outras atividades relacionadas ao suporte, apoio, reforço e inclusão. (STÜRMER, 2020b, p. 61).

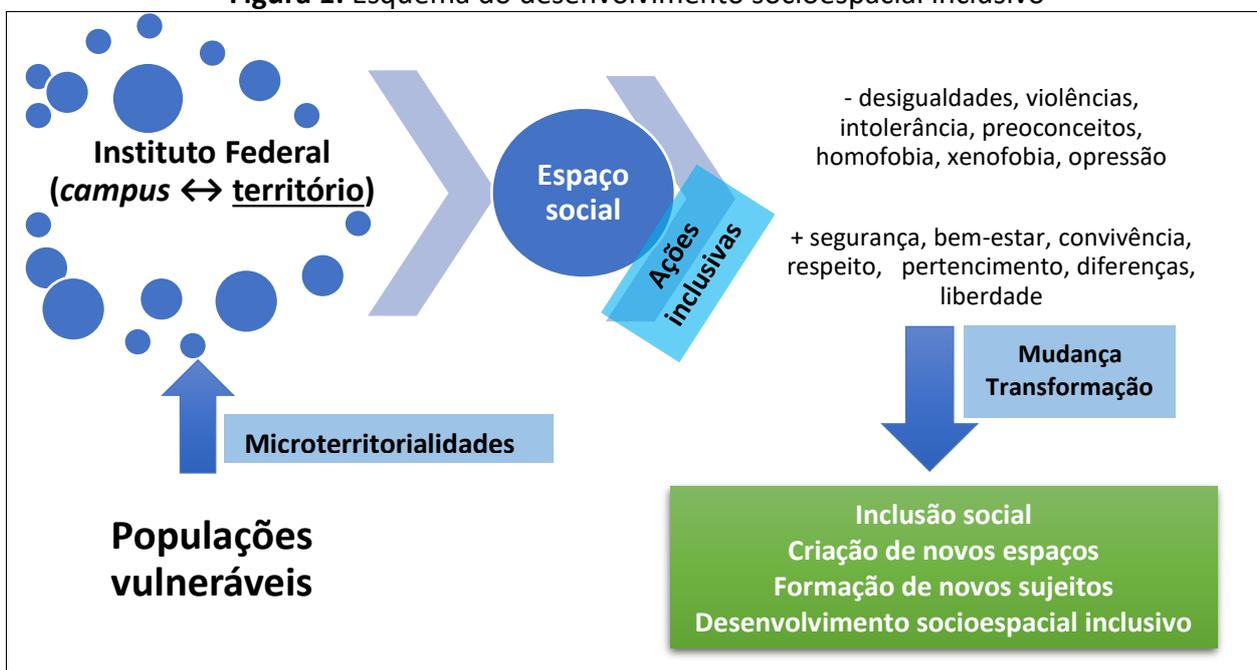
Se o desenvolvimento socioespacial, para ser inclusivo, tem de ser territorial, o contrário também é verdadeiro: para ser territorial, o desenvolvimento socioespacial tem de ser inclusivo. Primeiro com um olhar atento para as comunidades locais que recebem um *campus* e para as populações vulneráveis às quais se oferta a Educação Profissional e Tecnológica, depois com aquelas à margem da sociedade e que poderiam participar das ações educacionais como alunos regulares ou comunidade local. No campo educacional, a atuação inclusiva é um imperativo que resulta no acolhimento das demandas locais, dentre elas o atendimento dos interesses dos sujeitos – interesses específicos, porém sociais, envolvendo suas diferenças, carências e contradições. Fato é que o desenvolvimento socioespacial depende da aceitação, pelas comunidades locais (territorializadas), da forma de atuação dos Institutos Federais. As comunidades, o poder público e os governantes, assim, também “incluem” os Institutos Federais.

O desenvolvimento socioespacial inclusivo, então, vislumbra as populações vulneráveis na condição de sujeitos territoriais, e não como passivos no/do território; como sujeitos capazes nas suas limitações e, principalmente, observando as limitações da própria sociedade em ser inclusiva, tolerante, solidária e cooperativa, mesmo nos espaços destinados à educação. Pode-se compreendê-las como sujeitos das microterritorialidades demandantes de políticas públicas específicas, que lhes confirmam visibilidade, concretização de direitos e o direito ao espaço e à voz. As microterritorialidades correspondem ao que Costa (2017) chamou de “pequenas apropriações do espaço”, da escala corporal até a microlocal, quando se amplia a escala de apropriação a partir da reunião de cada fragmento em “microcomunidades de interesses territorializadas” (COSTA,

2010, p. 106). Elas diversificam as configurações do espaço social, além de intensificar a atividade social e se expandir geograficamente por meio da territorialização e espacialização.

O desenvolvimento concebido aqui, como se verifica, tem o território como peça-chave da atuação dos Institutos Federais, possibilitando a presença e o exercício das microterritorialidades como parte de um compromisso social e institucional; compromisso que possui uma interface com o espaço e a situação de vulnerabilidade de grupos, microcomunidades, comunidades locais e comunidade acadêmica (Figura 1).

Figura 1: Esquema do desenvolvimento socioespacial inclusivo



Org.: Stürmer.

Os territórios (externos) de inserção dos Institutos Federais, no geral, enfrentam obstáculos para realizar o perfil de desenvolvimento que vimos traçando, pois o desenvolvimento socioespacial inclusivo liga-se às questões sociais, culturais e educacionais relacionadas entre si e dentro de uma totalidade. Não exclui a atividade econômica; pelo contrário, potencializa-a, mostrando-se uma alternativa viável para complementar os esforços e investimentos destinados ao desenvolvimento (estritamente) econômico. Uma economia forte não prescinde da atenção dispensada às necessidades de inclusão de cada membro de uma comunidade e de um dado segmento populacional. Aspectos sociais, culturais e educacionais formam um todo em cada estudante, cidadão, trabalhador, bem como as diferenças que os acompanham.

O desenvolvimento com inclusão das populações vulneráveis figura-se, pois, compatível com os objetivos dos Institutos Federais e se afina com sua capacidade de mobilizar recursos e de promover o elemento humano previsto e contido na noção de desenvolvimento. Não restam dúvidas de que atividade educacional dos Institutos pode articular-se aos modelos de desenvolvimento já instalados nos territórios sem abrir mão de atender as populações vulneráveis, criando novas formas de inserção em sua área de influência.

Um passo importante, nesse sentido, é a ampliação das características inclusivas já presentes na estrutura e organização dos Institutos Federais, a exemplo dos Núcleos Inclusivos, cuja natureza e funcionamento se equiparam a um espaço social que concorre para a formação integral dos estudantes especialmente vinculada à convivência com a diferença (socialização), às (micro)territorialidades no *campus* (espacialidade) e aos direitos humanos, sociais e de cidadania (direitos fundamentais)¹.

Considerando o desenvolvimento socioespacial como mediador da busca por outro tipo de desenvolvimento, inclusivo, tem-se, de um lado, o desenvolvimento local e regional e, de outro, os Núcleos Inclusivos dos Institutos Federais. Entre eles, o elemento territorial (o desenvolvimento territorial na perspectiva das (micro)territorialidades e as espacialidades) e o elemento espacial (o espaço social aqui denominado espaço público multicultural²). Subentende-se haver a necessidade de se propor mudanças no âmbito do *campus*, como espaços públicos multiculturais (STÜRMER, 2020b) tais quais ferramentas auxiliares no atendimento às populações vulneráveis, servindo-lhes de meio para o seu pleno desenvolvimento enquanto pessoa e para a devida expressão cultural, artística e ambiental afinada à proposta de desenvolvimento socioespacial (Figura 2).

¹ Estes incluem, por pressuposto, alguns dos mais caros direitos individuais e coletivos (livre manifestação do pensamento, livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, dentre outros), direitos sociais (educação *lato sensu*, lazer e outros), direitos da nacionalidade (não distinção perante a lei e outros) e direitos políticos (voto direto e secreto, com valor igual para todos e outros), previstos na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

² O termo “multicultural” está sendo usado para designar um espaço público em que se reconhece “a existência, no seio de uma mesma sociedade, mesmo estado, nação, território geográfico etc., de mais uma cultura, uma comunidade (religiosa, linguística, cultural, étnica etc.)” (MUNANGA, 2012, p. 7), o que implica o reconhecimento público da existência das diferenças.

Figura 21: Esquema do Desenvolvimento Socioespacial a partir dos Núcleos Inclusivos, em sua relação com os Espaços Públicos Multiculturais



*NEGA: Núcleo de Educação e Gestão Ambiental. NEABI: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (ou Indiodescendentes). NUGEDIS: Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. NAPNE: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. NEAMA: Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático-Pedagógicos.

Org.: Stürmer.

O desenvolvimento socioespacial, nesta perspectiva, alimenta-se de ações voltadas ao desenvolvimento local e regional, bem como se apoia nas ações dos Núcleos Inclusivos. A participação que caracteriza os métodos de trabalho dos Núcleos Inclusivos contribui para que se estabeleçam processos de descentralização de suas ações, com autogestão e estímulo à livre associação, que concorrem para a criação de espaços públicos multiculturais e, eventualmente, para haver uma experiência educativa insurgente (STÜRMER *et al*, 2018) que abra novos canais de diálogo com as populações vulneráveis.

Espaços públicos multiculturais refletem a espacialização da cultura de indivíduos e grupos que, diversa e múltipla, é elemento que se soma às ações inclusivas descentralizando-as, expandindo-as e amplificando seu raio de ação. Os espaços públicos multiculturais, além de

garantirem os direitos básicos de existência, convivência e bem-estar, garantem a valorização da diversidade:

A criação de espaços multiculturais responde à necessidade real de se promover o desenvolvimento cultural de grupos e pessoas em uma instituição educacional que, em meio a um contexto histórico de redução de espaços públicos, ainda guarda papel cultural relevante, especialmente quando se quer equacionar conflitos no campo cultural. Não se trata de proteger ou isolar pessoas e grupos, mas garantir seus direitos, a livre circulação, estimular a convivência, gerar bem-estar, enfim, valorizar as múltiplas expressões da diversidade. (STÜRMER, 2017, p. 128).

Na elaboração de um plano de desenvolvimento institucional, a criação de espaços públicos multiculturais ocupa um lugar particularmente especial do ponto de vista do desenvolvimento socioespacial inclusivo. Com a necessidade de espacializar as ações dos Núcleos Inclusivos, os espaços multiculturais viriam a acolher e expor as demandas de novos sujeitos, Outros sujeitos, populações vulneráveis, sendo, portanto, alvo dos esforços por planejá-los.

Acredita-se que o desenvolvimento socioespacial inclusivo é a concepção de desenvolvimento mais se aproxima do tipo de desenvolvimento para os Institutos Federais. Ele ativa o olhar geográfico sobre o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, contempla a dimensão espacial, humana, cultural, educacional, sem que se perca a sensibilidade para com os problemas sociais ou se distancie demasiado da realidade dos *campi* e das vivências das comunidades que acolheram e precisam ser acolhidas pelos Institutos Federais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Institutos Federais precisam sair do discurso tradicional do desenvolvimento, reativando a peculiaridade das instituições educacionais, que é a de estarem inseridas em um contexto que, se for limitado sob o ponto de vista do desenvolvimento (econômico), geração de emprego e renda, têm ao seu favor o contato próximo às realidades locais de suas respectivas populações, muitas delas em situação de vulnerabilidade social. Donde se estabelece a oportunidade de inovar no campo social, educacional e inclusivo.

Advirta-se que o desenvolvimento só chegará a essas populações dentro de uma cultura da mudança, no sentido da transformação positiva, desejada, nem que para isso seja preciso criar uma consciência da possibilidade da mudança e da transformação, refletindo, como propõe Souza (1996) um valor social.

Concepções de desenvolvimento conhecidas entre os Institutos Federais – “desenvolvimento institucional, socioeconômico e cultural”, “desenvolvimento do espírito crítico”, “desenvolvimento científico e tecnológico”, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento sustentável com inclusão social”, “desenvolvimento socioeconômico-ambiental”, dentre outros – representam embriões de mudança. Quer dizer, o desenvolvimento sofre alterações em seu significado, avançando em direção para noções cada vez mais complexas e abrangentes ao longo do tempo.

Quiçá um dia toda instituição educacional aja em favor do desenvolvimento que: dê espaço às pessoas; preserve os espaços que canalizem a riqueza multicultural e multirracial brasileira; que inclua ao invés de excluir; e que se permita mudar, transformar, emancipar.

O desenvolvimento socioespacial inclusivo ensaiado aqui para os Institutos Federais não se restringe a integrar as populações com necessidades especiais, afrodescendentes, indígenas, de variados gêneros e sexualmente diversas em seus espaços ou atendê-los em sua condição de vulnerabilidade social, nos Núcleos Inclusivos. O desenvolvimento socioespacial inclusivo mira a sociedade em seu conjunto, não aos Institutos Federais como ilhas de inclusão. Por isso há a necessidade de se considerar que o desenvolvimento possível aos Institutos Federais acontece primeiro dentro dele, mas deve ultrapassar seus muros, em um movimento progressivo tanto de abertura do espaço institucional, quanto de alongamento das ações – extensão – destinadas a tornar a inclusão uma realidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 5 nov. 2021.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os IFETs. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 8 jun. 2017.

CONIF. **Institutos Federais: 5 anos de singulares Territórios de Esperanças**. Brasília, DF: CONIF, 2013.

COSTA, Benhur Pinós da. O espaço social, os sujeitos e as múltiplas microterritorializações urbanas. In: Geografia e cotidiano: reflexões sobre teoria e prática de pesquisa. In: PEREIRA, Sélvia

Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 99-114.

COSTA, Benhur Pinós da. Microterritorializações e microterritorialidades urbanas. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 10-30, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/10598/6073>>. Acesso em: 22 out. 2017.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

IFFAR. INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Coordenação de Ações Inclusivas. **Sobre a Coordenação de Ações Inclusivas**. Santa Maria, RS: IFFAR, s/d. Disponível em: <<http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/7114/a2bc30f34296e00645f87092a838bcc>>. Acesso em: 16 maio 2018.

IFFAR. INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Conselho Superior. **Resolução nº 79, de 13 de dezembro de 2018**. Aprova a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria, RS: IFFAR, 2018. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/17374/52350ac24128d7696fe6f4c4d6e3a100>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MÁXIMO, Rérisson. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, PR, UFPR, v. 12, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/26104/24354>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MÉSZARÓS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado** [e-book]. Trad. Maria I. Lagoa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, p. 06-14, jul./out. 2012.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Projeto político-pedagógico dos Institutos Federais: o inédito viável**. Brasília, DF: CONIF, 14 jul. 2021. Palestra no I Encontro Avançando pelo Brasil, 120'04'. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KZ4fGQBygos>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

SANTOS, Milton. Território e Dinheiros. **Território, Territórios**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUSA, Marcos Timóteo Rodrigues de. Espaço intraurbano, periferização e vulnerabilidade social nas cidades brasileiras: o caso do município de Rio Claro/SP. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=101>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

SOUSA, Marcos Timóteo Rodrigues de; BRAGA, Roberto. As influências do efeito de barreira na dinâmica das cidades: o caso da cidade de Rio Claro SP. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, RS, UFSM, v. 15, n. 1, p. 53-70, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/download/7377/4416>>. Acesso em: 24 out. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica. **Território**, n. 1, v. 1, 1996. p. 5-22.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

STÜRMER, Arthur Breno. Espaços públicos multiculturais nos Institutos Federais: entre culturas e identidades. **Revista Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon, PR, UNIOESTE, v. 12, n. 17, p. 122-134, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/18285/11948>>. Acesso em: 6 nov. 2021.

STÜRMER, Arthur Breno. Desenvolvimento sócio-espacial inclusivo: uma análise sobre os Territórios de Esperança. **Revista Espaço Acadêmico**, Londrina, PR, UEM, v. 20, n. 222, p. 168-177, maio/jun. 2020a. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52538/751375150166>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

STÜRMER, Arthur Breno. **Os Institutos Federais e o Desenvolvimento**: perspectivas inclusivas de um educador geógrafo. 2020b. 303f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2020b. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/2121>>. Acesso em: 25 out. 2021.

STÜRMER, Arthur Breno; BOTTON, Elis Angela; COSTA, Benhur Pinós da. Desenvolvimento territorial a partir de experiências educativas insurgentes no Instituto Federal Farroupilha – IFFAR. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO, 3., 2018, Criciúma, **Anais eletrônicos...**, Criciúma, Universidade do Extremo Sul Catarinense, v. 1, n. 1, 2018.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo César; BICHR, Renata Mirandola. **Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. 22p. Disponível em:

<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_8_pgs_231_252.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Trabalho aceito em: 29/11/2021